



Dia a Dia

Rafael Motta e equipe

e-mail: diaadia@atribuna.com.br

Juiz proíbe “excessos” em fiscalização de vereadores

O juiz Cândido Alexandre Munhoz Pérez, da Vara da Fazenda de Guarujá, deferiu tutela de urgência para que dois vereadores fiquem proibidos de vistoriar repartições municipais “sem prévia comunicação e que exorbitem o poder fiscalizatório parlamentar”. A decisão foi tomada a pedido da Prefeitura, que apontou “excessos” em uma ação, no último dia 7, dos vereadores Anderson Figueira (Pode) e Wagner dos Santos Venuto, o Waguinho Fé em Deus (União). Na época, eles alegaram ter sido impedidos por um funcionário de entrar em um galpão do Município onde haveria alimentos vencidos e registraram boletim de ocorrência. A Administração negou estocar comida naquele imóvel e anunciou que apelaria à Justiça. Se Figueira e Waguinho desrespeitarem a ordem, estarão sujeitos a multa de R\$ 10 mil e a responder pelo crime de desobediência. Figueira disse que, após ser notificado, recorrerá, pois a medida “vem atrapalhar a fiscalização”. A coluna não localizou Waguinho.

Proximidade

Contratado após a prisão do ex-ministro da Educação Milton Ribeiro, o advogado Daniel Leon Bialski trabalhou para a primeira-dama Michelle Bolsonaro. Foi admitido para processar autores de postagens nas quais ela considerou ter sido difamada em termos pessoais.

Todas as coisas

Em março, quando Ribeiro se exonerou do ministério por causa da revelação de indícios de favorecimento a pastores evangélicos no órgão, Michelle declarou que “Deus sabe de todas as coisas e vai provar que ele é uma pessoa honesta”.

Nova tentativa

Nascido em São Vicente, Ribeiro é Cidadão Santista, conforme outorgado pela Câmara em 2020. Com a prisão dele, a vereadora Débora Camilo (PSOL) protocolou novo projeto para a cassação do título. Na tentativa anterior, rejeitada neste ano, Débora citou opiniões preconceituosas dele contra homossexuais e crianças com deficiência.

Na mesma

O presidente da Associação Brasileira dos Condutores de Veículos Automotores, Wallace Landim, o Chorão, disse estar arrependido de apoiar Jair Bolsonaro (PL) nas eleições presidenciais de 2018. O então candidato prometeu mexer na política de preços da Petrobras e projetos voltados aos caminhoneiros.

Não resolve

“Temos um presidente que fica dando chique a cada aumento dos combustíveis, mas isso não vai resolver o problema da nossa categoria nem o da população. Ele precisa ter pulso forte e coragem para bater de frente com os acionistas da Petrobras”, destacou Chorão, pré-candidato à Câmara Federal pelo PSD.



MATHEUS TAGÉ - 18/11/20

MP da Ocupação?

O prefeito Rogério Santos (PSDB, foto) enviou, ontem, ofício ao presidente Jair Bolsonaro com um pedido: o de que edite uma medida provisória “para obstar o aumento do laudêmio” – na verdade, da taxa de ocupação sobre imóveis em áreas de marinha.

Dor no bolso

O chefe do Executivo santista observou que os carnês com a cobrança deste ano, reajustados em até 50%, vencem no dia 30, com impacto financeiro em toda a região. Em especial, para famílias mais pobres, na Zona Noroeste.

Paralelamente

Em outra frente, para limitar o reajuste na taxa de ocupação, o projeto da deputada federal Rosana Valle (PL) foi distribuído, na terça-feira, à primeira das duas comissões da Câmara pelas quais deverá passar. Se aprovado nelas, não precisará ir a plenário.

Em outro lugar

Corrigindo: os R\$ 4 milhões que a Câmara de Mongaguá cobra do Estado, como informado ontem, são, na verdade, para a recuperação da ponte que corta o Rio Mongaguá. O que ocorreu na Praça Duda Samba foi o anúncio do governador Rodrigo Garcia (PSDB) de que a verba estava autorizada.



Santos é uma das cidades onde haverá concurso da PM

DA REDAÇÃO

Santos é uma das 11 cidades paulistas onde haverá provas para o concurso público aberto pela Polícia Militar destinado à contratação de 2,7 mil soldados de segunda classe. O edital foi lançado ontem e é válido para homens e mulheres.

As inscrições começarão às 10 horas e se estenderão até às 23h.59 de 20 de julho, no site da Fundação Getúlio Vargas (portal.fgv.br), que organiza o processo seletivo. A taxa será de R\$ 57,00, e estudantes poderão pedir 50% de desconto em formulário específico.

Os candidatos deverão ser brasileiros, ter entre 17 e 30 anos, pelo menos 1,55 metro de altura (mulheres) ou 1,60 metro (homens), Ensino Médio ou equivalente completo, ter CNH nas categorias B e E.

Outras exigências consistem em aptidão física para o cargo, perfil psicológico compatível com o trabalho e estar quite com obriga-



Corporação admitirá soldados de segunda classe. As inscrições começarão amanhã, e a prova objetiva está marcada para 4 de setembro

ções eleitorais e, no caso de homens, também com as militares.

O salário inicial para o

cargo será de R\$ 3.875,27 mensais, considerada a soma de vencimentos (R\$ 1.544,80), Regime Especial

de Trabalho Policial (RE-TP, de R\$ 1.544,80) e adicional de insalubridade (R\$ 785,67).

Não há indicação de quantas vagas serão reservadas por município, pois as demandas poderão va-

riar conforme a necessidade no momento da contratação dos soldados.

PROVAS

A prova objetiva está marcada para 4 de setembro, com redação e 60 questões objetivas (com alternativa a escolher) de língua portuguesa e interpretação de texto (20 questões), matemática (15), conhecimentos gerais (15), noções básicas de informática (cinco) e noções de administração pública (cinco).

Posteriormente, haverá exames de aptidão física, de saúde, psicológicos, análises de conduta social, reputação, idoneidade e a verificação dos documentos exigidos no edital.

As provas serão aplicadas em Santos, Araçatuba, Bauru, Campinas, Piracicaba, Presidente Prudente, Ribeirão Preto, São José do Rio Preto, São José dos Campos, São Paulo e Sorocaba.



Zona Azul em Santos sobe de preço na 2ª

Reajuste dos valores será de 12,76%

ANDERSON FIRMINO
DA REDAÇÃO

Estacionar nas vagas rotativas, a chamada Zona Azul, vai ficar mais caro a partir da próxima segunda-feira. O reajuste, de 12,76%, foi publicado ontem no Diário Oficial de Santos.

Os novos preços serão de R\$ 2,82 (período de uma hora), R\$ 4,23 (uma hora e meia) e R\$ 5,64 (duas horas, tempo máximo permitido na mesma vaga). Os créditos adquiridos em período anterior ao reajuste serão convertidos em horas.

O período de estacionamento poderá ser prorrogado mediante ativação de tíquete eletrônico virtual correspondente ao período de 30 minutos ou uma hora, com valores de R\$ 1,41 e R\$ 2,82, respectivamente. No entanto, é proibida a prorrogação do período de estacionamento após a permanência por duas horas contí-

nuas no mesmo local.

Segundo a Prefeitura, a atualização dos valores está prevista no contrato de operação do sistema Zona Azul Digital, firmado em 2019. Porém, não houve alteração de valor, e tinha sido mantido o praticado desde

julho de 2017, quando o sistema ainda operava com cartões de papel.

"O índice utilizado foi o IPCA/IBGE, respeitando cláusula do contrato com a Serttel Soluções em Mobilidade e Segurança Urbana, operadora do Zona Azul Digital. O percentual considerou o período de fevereiro de 2019 (data da proposta apresentada pela Serttel, vencedora da licitação) a junho de 2021, 24 meses após a assinatura do contrato", acrescenta a Administração Municipal, em nota.

Ainda de acordo com a Prefeitura, caso fosse considerado o período de julho



Novos preços serão de R\$ 2,82 (período de uma hora), R\$ 4,23 (uma hora e meia) e R\$ 5,64 (duas horas)

EM NÚMEROS

1,6 91,7
mil mil

vagas de Estacionamento Regulamentado estão disponíveis na Cidade

pessoas utilizaram o sistema digital de estacionamento rotativo entre janeiro e maio deste ano

de 2017 a junho de 2021, o percentual aplicado para atualização dos valores corresponderia a 19,4%.

Atualmente, a Cidade

conta com 1.665 vagas de Zona Azul.

Entre janeiro e maio deste ano, 91.700 pessoas utilizaram o sistema digital

de estacionamento rotativo. Esse número não é o de ativação de tíquetes eletrônicos, mas o de motoristas que fizeram uso do serviço.

PIX

A compra de créditos virtuais pode ser feita pelo aplicativo Zona Azul Santos, com opção de pagamento inclusive por meio de Pix, pela internet (www.zae.com.br/santos). Também é possível em lojas físicas credenciadas, que ficam a até cerca de 200 metros dos locais com vagas rotativas.



CONTRA PONTO

Por LG Rodrigues e colaboradores



NAIR BUENO/DIÁRIO DO LITORAL

Revolta. A prisão do ex-ministro da educação Milton Ribeiro levou a vereadora Débora Camilo às redes sociais no começo da tarde de ontem (22) para relembrar que o aliado político de Bolsonaro, que recebeu honraria por parte do Legislativo santista, foi motivo de intenso debate no plenário da cidade quando a parlamentar do PSOL propôs retirar a homenagem ao político que foi detido pela Polícia Federal nas primeiras horas da manhã durante investigações do 'balcão' do MEC.

Fala vereadora. "Vocês lembram que tentamos tirar a honraria que o então ministro da educação recebeu na Câmara Municipal de Santos? Vocês lembram dos discursos inflamados contra a minha proposta durante a votação? Perdemos a oportunidade de fazer justiça contra uma pessoa que faz declarações homofóbicas, capacitistas e que agora foi preso acusado de participar de um esquema de corrupção envolvendo dinheiro que deveria ser destinado para educação pública. O que será que os vereadores que votaram em defesa de manter o título de Cidadão Santista ao ex-ministro tem a dizer?", publicou Camilo.

Rápida lembrança. A operação realizada pela PF contra o ex-ministro da Educação Milton Ribeiro também atingiu pastores suspeitos de operar um balcão de negócios no Ministério da Educação e na liberação de verbas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Áudios vazados ao público demonstraram diálogos nos quais fica claro que existia um esquema de uso de influência de pastores nas decisões sobre repasse de recursos. As verbas seriam usadas para construção de escolas, creches, quadras e compra de equipamentos.

Retorno. O programa Guardião-Cidadão, o qual, ao longo de dez anos, realizou mais de mil contratações em Santos com o objetivo de proporcionar a requalificação profissional foi lembrado pelo parlamentar santista Fabrício Cardoso nesta semana na Câmara dos Vereadores de Santos.

Momento. Cardoso lembrou que, devido ao agravamento da crise econômica ocasionada pelo período de restrições, o programa teve que ser revisto e suspenso, o que afetou centenas de famílias e também de espaços públicos do município que recebiam apoio dos jovens profissionais diariamente.

Abre aspas. "Considero esse projeto extremamente importante para a nossa cidade e por isso, solicitei junto ao Poder Executivo o retorno do programa, que é mais um passo em direção à retomada da geração de empregos para os nossos jovens", afirmou.

PEDIDO. Administração tentará junto à juíza do Trabalho, Renata Ferreira, dentro do processo, a suspensão temporária da ordem de despejo

Prefeitura tentará sensibilizar juíza

» O prefeito Rogério Santos (PSDB) disse na tarde de ontem (22) que a Administração, nos próximos dias, tentará solicitar à juíza do Trabalho, Renata Simões Loureiro Ferreira, via petição dentro do processo trabalhista, a suspensão temporária da ordem de despejo iminente de cerca de 70 famílias – 100 crianças – da antiga Casa de Saúde Anchieta, localizada na Rua São Paulo, na Vila Belmiro. O despejo pode ocorrer a partir do próximo dia 1º de julho.

Santos esteve reunido no Paço, por quase duas horas e de portas fechadas, com uma comissão de moradores do prédio, advogadas deles e seis vereadores e vereadoras santistas. A reunião emergencial ocorreu porque, na manhã da última terça-feira (21), os moradores, agentes públicos, lideranças sindicais, comunitárias e políticas saíram em passeata a partir do Fórum Trabalhista de Santos em defesa da moradia.

"Nesse processo, a Prefeitura foi comunicada para que tome ações de cunho social em relação às famílias e isso já está sendo feito do ponto de vista legal e orçamentário. Vamos emitir um ofício à Justiça (do Trabalho) pedindo mais tempo", afirma Santos, que se mostrou indignado ao saber que o imóvel foi leiloado no meio de um processo de usucapião. "Isso causa uma instabilidade jurídica".

O prefeito garantiu que a dívida de IPTU (Imposto Predial Territorial Urbano), de cerca de R\$ 1,8 milhão, assumida pelos empresários proprietários do imóvel, não teria sido perdoada, apesar dos advogados dos moradores alegarem que sim.

Sobre o projeto que prevê a construção de um prédio popular de sete andares, oferecido por arquitetos aos integrantes do Núcleo Campanha Zero, que prevê uso de apenas 16,7% do lote, sendo possível habitação para 72 famílias, ficando preservado o direito à propriedade e o direito social à moradia, Rogério Santos disse que caberia uma negociação entre os donos e os moradores, mas que a Administração daria todo o apoio.

"A Prefeitura pode fazer parte da mesa de negociação", adiantou, não descartando o aluguel social, mas seria necessária previsão legal e autorização judicial, segundo a procuradora geral de Santos, Renata Arraes, presente no encontro.

Outra possibilidade colocada na reunião foi a dos moradores formarem uma associação, o que lhes daria direito de participar dos projetos habitacionais da Companhia de Habitação da Baixada Santista, a Cohab Santista. Mas essa possibilidade foi considerada difícil pela advogada Gabriela Ortega, integrante do Instituto Brasileiro de Direito



Rogério Santos se reuniu com moradores para discutir situação da ordem de despejo do Anchieta

Urbanístico, Rede Br Cidades Núcleo Região Metropolitana da Baixada santista (RMBS) e Rede Nacional de Advogadas (os) Populares (Renap), uma das profissionais que defendem os moradores. "Uma associação tem custos administrativos, inicialmente de R\$ 2 mil, dinheiro que os moradores não possuem".

Estiveram presentes a vereadora Débora Camilo (PSOL); Telma de Souza (PT); Zequinha Teixeira (PP); Rui de Rosís (União); Adilson Jún-

nior (PP) e Benedito Furtado (PSB). "A Prefeitura terá que agir rápido para evitar o problema social, pois ainda não há garantia de nada. Além disso, a Administração disse que não teria como abrigar mais de 200 pessoas emergencialmente. É preciso sensibilizar os empresários. O que não ficou claro é porque, até 2009, a Prefeitura não garantiu a função social (habitação popular) do imóvel, dentro do Estatuto da Cidade, por conta de dívidas de IPTU", revelou Débora.

DUAS DÉCADAS.

Os moradores da Ocupação Anchieta residem no local há 22 anos e estão ameaçados de despejo pela 1ª Vara do Trabalho de Santos. Mesmo diante de uma ação de usucapião em tramitação desde 2001, e tendo conhecimento de que famílias residiam no local, a Justiça Trabalhista permitiu a venda do imóvel a um grupo de empresários. Após 1º de julho, os oficiais de Justiça têm 45 dias para oficializar as famílias. O despejo poderá

ser acompanhado pela Polícia Militar.

Durante a pandemia houve uma explosão de ocupações irregulares que continua a crescer, demonstrando não só o grau de vulnerabilidade a que inúmeras famílias estão acometidas, como também a ausência de políticas habitacionais voltadas para pessoas de baixa e sem renda.

No Brasil, em torno de 125 mil famílias vivem sob ameaça de despejo, o que corresponde a quase meio milhão de pessoas. No Estado de São Paulo, os números são alarmantes: quase 40 mil famílias podem ficar sem um teto nos próximos meses. Uma verdadeira crise humanitária.

O presidente Jair Bolsonaro revogou o Estado de Calamidade Pública, mas existe ainda a esperança que o ministro Luís Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal (STF), prorrogue até o final do ano a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 828, que suspende as remoções e garante a proteção de milhares de famílias na Baixada e no Brasil.

A prorrogação da ADPF 828 foi apresentada pelo PSOL em parceria com a Campanha Despejo Zero. Os fundamentos que geraram a decisão de Barroso foram, além da Covid-19, o rastro de miséria e pobreza que a pandemia deixou pelo país. (Carlos Rattton)